

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas

28.11.2018

Ponto 2.6 - Prestação de Contas Final da Liquidação “Odivelas Viva Construção e Manutenção S. A. – Em Liquidação”

Declaração de Voto

Este é o corolário de um processo que teve o seu início **em Novembro de 2008** e, como é conhecido os vereadores da CDU estiveram sempre em frontal oposição.

Naquele momento (de adjudicação do concurso par a seleção dos parceiros privados para a constituição da Sociedade Comercial), referimos “... *para construir uma escola e um pavilhão, a Câmara vai criar e participar numa sociedade, em que fica em minoria e os privados em maioria.*

Vai entregar a essa sociedade dois terrenos municipais, situados em duas das mais nobres áreas do concelho, com 15.468 m2, por um valor global de pouco mais de 74.000 euros, ainda menos cerca de 16.500 euros que o valor mínimo de aquisição definido pelo Município, nos termos de referência do concurso. Mas o PS e PSD aceitam! O valor de investimento necessário para fazer os dois equipamentos, foi estimado pelos serviços municipais em 10.495.000 euros. O valor apresentado pelo privado foi de 18.368.000 euros, mais 75%. Mas o PS e o PSD aceitam! Depois de construídos, a Câmara vai arrendar esses equipamentos por quase 1 milhão e 800 mil euros no primeiro ano, com uma actualização de 2% ao ano, durante 25 anos! No fim do Prazo, em 2034, a Câmara estará a pagar quase 3 milhões de euros por ano, mais de 240.000 euros por mês. Contas feitas o município vai pagar, pasme-se, 57 milhões de euros por uma escola e um pavilhão que os serviços municipais estimam poderem ser construídos por 10 milhões de euros. Vai pagar quase 6 vezes mais. Mas o PS e o PSD aceitam! Assim se hipoteca o futuro deste território.”

Em Abril de 2012, por altura da aprovação dos contratos de arrendamento voltámos a repetir. Nessa altura afirmámos: “...*A decisão de construção da escola e do pavilhão através de uma p.p.p., equipamentos esses que a câmara agora vai arrendar, é infelizmente mais um exemplo, um mau exemplo, dessas opções... O montante necessário para fazer os dois equipamentos, foi estimado pelos serviços municipais em 10.495.000 euros. O valor apresentado pelo privado foi, na proposta aceite pela maioria, de 18.368.000 euros. Mais 75% que o valor estimado pelos técnicos municipais! Não estivemos de acordo.... Agora, depois de construídos, a Câmara vai arrendar esses equipamentos por quase 1 milhão e 800 mil euros só no primeiro ano e com uma atualização fixa de 2% ao ano, durante 25 anos! No fim do prazo, em 2036, a Câmara estará a pagar quase 3 milhões de euros por ano, mais de 240.000 euros por mês. Contas feitas, pasme-se, a maioria PS/PSD concorda em pagar 57 milhões de euros por uma escola e um pavilhão que os serviços municipais estimaram poderem ser*

construídos por 10 milhões de euros. E até os termos dos contratos de arrendamento agora aprovados prosseguem a senda da salvaguarda leonina dos interesses privados, sem cuidar de igual tratamento para os dinheiros públicos....”

Desde pelo menos 2013 que os vereadores da CDU vinham a afirmar que era urgente e necessário que a CMO renegociar as condições da PPP que, ao longo do tempo se vinha a mostrar cada vez mais ruinosa para o erário público.

Finalmente, em **Dezembro de 2014** foi deliberado dar início ao processo de renegociação.

Por vicissitudes várias e que estão devidamente registadas, só em **Fevereiro de 2018** foi deliberado nesta Câmara a dissolução da Sociedade Odivelas Viva, e todos os procedimentos com vista ao plano de internalização e nomeação do liquidatário.

Nessa altura entre acertos de contas de trabalhos a mais e a menos reconhecidos pelo município e ainda trabalhos que a MRG terá executado até 31 de julho p.p., a CMO teve que pagar ainda mais 1,8 milhões de euros.

Nessa altura dissemos “... vemos com apreensão os valores de adicionais negociados, que atingem 1,8 M€. Na realidade a parte mais significativa desses adicionais reporta-se exatamente aos trabalhos que já tinham justificado a enorme disparidade entre as estimativas e os valores de adjudicação.

Nós sempre nos opusemos à PPP, sempre defendemos o seu fim com a conseqüente a internalização dos serviços, contudo igualmente referimos que em nosso entender nesta renegociação não deveria haver lugar a mais adicionais.

*Em conclusão: lamentamos a existência dos presentes adicionais que nos impedem de em consciência votarmos favoravelmente no ponto agora em apreço. **Iremos abster-nos** tendo em conta que o resultado desta extinção, renegociação e internalização são um factor importante de limitação dos danos causados ao município pela Parceria Público-Privada.”*

Hoje estamos finalmente a aprovar o “ponto final” a um processo longo, conturbado e com o qual sempre denunciámos e discordámos.

Ainda assim o Revisor Oficial de Contas emite a sua opinião com reservas, que se baseiam, conforme se transcreve:

“As contas no exercício de 2014 apresentam uma taxa de depreciação anual de 0,1% sobre o valor de aquisição dos terrenos e construção dos edifícios (Pavilhão e Edifício), o que totalizava nas depreciações do exercício de 2014 o valor de 86 406,57 €. Tal alteração, não cumpriu o princípio da consciência, dado que em períodos anteriores estes bens eram depreciados a uma taxa superior. Por consequência, as depreciações acumuladas relativas às propriedades de investimento não consideram o montante de 632 192,97 €, relativamente ao

exercício de 2014, estando o ativo sobrevalorizado e os resultados transitados sobrevalorizados pelo respetivo valor.

As contas do período de 31 de março de 2018 refletem um valor ativo sobrevalorizado em 689 563,33 € por consequência da contabilização de uma fatura em 2017 na conta Propriedades de Investimento referente Juros de Mora de um acordo resultante entre a MRG Engineering Solutions e a Odivelas Viva, SA referente ao fecho das contas das empreitadas “Pavilhão Desportivo Municipal de Odivelas” e EB1 JI da Ramada – Casal dos Apréstimos”, esta situação não se qualifica como ativo. ...”

Ainda assim no final o ROC considera, com estas reservas, e dado que o objetivo do relatório é a liquidação, que as contas sejam aprovadas.

As reservas do Revisor Oficial de Contas são também as reservas dos vereadores da CDU, razão bastante para nos abstermos.

Este foi um processo longo e conturbado que esbanjou o erário público, e que contas feitas, quando as contas estiverem todas saldadas, a CMO pagará menos cerca de 10 milhões de euros.

Odivelas, 28 de Novembro de 2018

Os Vereadores da CDU